

SUMÁRIO

PARTE I – DIREITO MATERIAL EMPRESARIAL

1	TEORIA GERAL DO DIREITO DE EMPRESA.....	25
1.	Origens do Direito Empresarial.....	25
2.	Autonomia do Direito Empresarial.....	29
3.	Fontes do Direito Empresarial.....	29
4.	Do Direito de Empresa.....	30
4.1.	Atividade empresária e atividade civil.....	30
4.2.	Da capacidade para o exercício da atividade empresária.....	34
4.2.1.	Consequências do exercício por impedido.....	36
4.2.2.	Possibilidade de composição de quadro societário por impedido.....	37
4.2.3.	Possibilidade de exercício de atividade empresária por incapaz.....	37
4.2.4.	Possibilidade de nomeação de gerente(s) por representante ou assistente impedido para o exercício da atividade empresária.....	39
4.2.5.	Licitude da sociedade entre marido e mulher.....	40
4.2.6.	Dispensa da outorga conjugal para alienação de imóveis da empresa.....	41
4.2.7.	Averbação de atos passíveis de repercussão no patrimônio social.....	41
4.3.	Do sistema de registro.....	42
4.3.1.	Regra geral.....	42
4.3.2.	Finalidade do registro.....	44
4.3.3.	Consequências da falta de registro.....	45
4.3.4.	Registro do empresário rural.....	45
4.3.5.	Principais espécies de registro.....	45
4.3.6.	Do prazo para o registro.....	47
5.	Prepostos do empresário.....	48

6.	Da escrituração	50
7.	Do Estabelecimento Empresarial	52
7.1.	Estabelecimento como objeto de direitos e negócios jurídicos.....	52
7.2.	Trespasse.....	53
7.2.1.	Eficácia.....	53
7.2.2.	Proibição de concorrência.....	54
7.2.3.	Sub-rogação do adquirente	55
7.2.4.	Responsabilidade do alienante e do adquirente	56
7.2.5.	Cessão de créditos referentes ao estabelecimento empresarial transferido.....	57
7.3.	Eficácia “ <i>erga omnes</i> ” da alienação, do usufruto e do arrendamento	57
7.4.	Aviamento	57
8.	Do ponto empresarial e sua proteção legal	58
8.1.	Freguesia e clientela	59
8.2.	Proteção do ponto na locação não residencial	60
8.3.	Da ação de renovação compulsória do contrato de locação.....	60
8.3.1.	Requisitos	61
8.3.2.	Prazo para propositura da Ação Renovatória.....	63
8.3.3.	Legitimidade ativa para a ação renovatória	63
8.3.4.	Direito de recusa ou exceção de retomada.....	64
8.3.5.	Prazo do novo contrato na hipótese da concessão da renovação compulsória	66
8.3.6.	Prazo para desocupação do imóvel na hipótese de negativa ao pedido de renovação	68
9.	Do nome empresarial	68
9.1.	Espécies	69
9.1.1.	Firma (ou Razão).....	69
9.1.2.	Denominação.....	70
9.2.	Denominação das sociedades simples, associações e fundações....	71
9.3.	Título do estabelecimento, marca e nome empresarial.....	71
9.4.	Proteção jurídica do nome empresarial	72
9.5.	Cancelamento da inscrição do nome empresarial.....	73
9.6.	Imprescritibilidade da pretensão de anulação de inscrição do nome empresarial.....	73
9.7.	Nome e tipo empresarial	73
9.7.1.	Quadro sinótico.....	77
9.8.	Nome das cooperativas.....	78
9.9.	Nome empresarial das microempresas e empresas de pequeno porte.....	79
9.10.	Vedação à adoção de nome pelas sociedades em conta de participação.....	79

9.11.	Inalienabilidade do nome empresarial.....	79
9.12.	Alteração obrigatória da firma social em razão de morte, exclusão ou retirada de sócio.....	80
9.13.	Perda automática da proteção ao nome empresarial.....	80
2	DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	83
1.	Do empresário individual	83
2.	Da empresa individual de responsabilidade limitada – “EIRELI”	86
3	DIREITO SOCIETÁRIO.....	89
1.	Conceito de sociedade.....	89
2.	Sociedades personificadas	90
2.1.	Sociedades simples e sociedades empresárias	90
2.2.	Tipos societários empresários do direito brasileiro.....	92
2.2.1.	Sociedade em Nome Coletivo.....	93
2.2.2.	Sociedade em Comandita Simples.....	94
2.2.3.	Sociedade Limitada.....	95
2.2.4.	Sociedade em Comandita por Ações.....	104
2.2.5.	Sociedade Anônima ou Companhia.....	105
2.3.	Adoção de tipo societário empresário por sociedade simples	114
2.4.	Sociedade de capital e indústria	114
3.	Sociedades não personificadas.....	114
3.1.	Sociedades em Comum.....	114
3.2.	Sociedades em Conta de Participação.....	115
4.	Da classificação das sociedades.....	117
4.1.	Quanto ao ato constitutivo.....	117
4.2.	Quanto às condições para alienação da participação societária... ..	118
4.3.	Quanto à responsabilidade dos sócios.....	120
5.	Da desconsideração da Personalidade Jurídica.....	124
6.	Investidor-anjo na Lei Complementar nº 123/06.....	130
7.	Da Empresa Simples de Crédito (ESC).....	131
8.	Da Sociedade de Garantia Solidária e da Sociedade de Contragarantia na Lei Complementar nº 123/06.....	132
4	PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	137
1.	Considerações preliminares.....	137
2.	Patente	139
2.1.	Invenção	139
2.2.	Modelo de utilidade	139
2.3.	Requisitos.....	140

2.4.	Prazo de duração.....	142
2.5.	Licença de uso ou exploração de patente.....	143
3.	Registro.....	144
3.1.	Marca.....	144
3.2.	Desenho industrial.....	145
4.	Extinção da propriedade industrial.....	145
5	DIREITO CAMBIÁRIO.....	149
1.	Títulos de crédito.....	149
1.1.	Conceito.....	149
1.2.	Legislação.....	150
1.3.	Características principais.....	151
1.3.1.	Negociabilidade.....	151
1.3.2.	Executividade.....	152
1.4.	Requisitos fundamentais.....	152
1.4.1.	Cartularidade ou incorporação.....	152
1.4.2.	Literalidade.....	153
1.4.3.	Autonomia.....	153
1.4.3.1.	Abstração.....	153
1.4.3.2.	Inoponibilidade das exceções pessoais aos terceiros de boa-fé.....	154
1.5.	Da classificação dos títulos de crédito.....	155
1.5.1.	Quanto ao modelo.....	155
1.5.2.	Quanto à estrutura.....	155
1.5.3.	Quanto à circulação.....	156
1.5.4.	Quanto à emissão.....	157
1.6.	Espécies de títulos de crédito.....	157
1.6.1.	Letra de câmbio.....	157
1.6.1.1.	Requisitos formais da letra de câmbio.....	158
1.6.1.2.	Aceite.....	161
1.6.1.3.	Recusa parcial do aceite.....	163
1.6.1.4.	Cláusula não aceitável.....	164
1.6.1.5.	Aval.....	165
1.6.1.6.	Endosso.....	168
1.6.1.7.	Ação cambial e prescrição.....	171
1.6.1.8.	Protesto extrajudicial.....	172
1.7.	Nota promissória.....	173
1.7.1.	Requisitos formais da nota promissória.....	174
1.7.2.	Prescrição.....	175
1.8.	Cheque.....	175

1.8.1. Requisitos formais do cheque	176
1.8.2. Cheque (pré) ou pós-datado	177
1.8.3. Modalidades de cheque	178
1.8.4. Endosso.....	178
1.8.5. Aval.....	179
1.8.6. Prescrição	179
1.9. Duplicata	180
1.9.1. Requisitos formais da duplicata.....	183
1.9.2. Da cobrança judicial da duplicata	183
1.9.3. Prazo prescricional.....	184
6 CONTRATOS MERCANTIS	185
1. Contrato de Faturização	185
1.1. Vantagens para o faturizado	186
1.2. Responsabilidade pela existência do crédito	187
1.3. Eficácia da cessão frente ao devedor.....	187
1.4. Principais modalidades	188
2. Contrato de Franquia.....	189
2.1. Obrigações do franqueador e do franqueado.....	190
2.2. Independência do franqueado.....	191
2.3. Circular de oferta de franquia (COF).....	191
2.4. Extinção do contrato	192
3. Contrato de Arrendamento Mercantil (“leasing”)	192
3.1. Espécies de “leasing”	193
3.2. Valor residual garantido (VRG).....	194
4. Contrato de Alienação Fiduciária	195
4.1. Fiduciante como proprietário do bem alienado	195
4.2. Natureza bancária	196
5. Contrato de Representação Comercial (ou Agência)	196
5.1. Exclusividade	196
5.2. Independência	197
5.3. Registro do representante	197
5.4. Remuneração do representante.....	197
5.5. Despesas com a representação	198
6. Contrato de Concessão Mercantil.	198
6.1. Principais obrigações do concedente.....	198
6.2. Principais obrigações do concessionário	198
6.3. Acessórios.....	198
6.4. Preço	199
7. Contrato de Comissão Mercantil	199

8.	Contrato de Mandato Mercantil.....	199
9.	Contratos Bancários	200
7	DIREITO FALIMENTAR.....	203
1.	Considerações iniciais.....	203
2.	Legislação aplicável.....	204
2.1.	Raízes históricas	204
2.2.	Objetos.....	204
2.3.	Aplicação	204
2.4.	Inaplicabilidade	205
2.5.	Norma antecessora (Dec.-Lei 7.661/45).....	206
2.6.	Objetivos gerais	207
3.	Disposições comuns à recuperação judicial e a falência	207
3.1.	Competência.....	207
3.2.	Da atuação do <i>parquet</i>	208
3.3.	Obrigações não exigíveis (art. 5º, LRE).....	209
3.3.1.	As obrigações a título gratuito	209
3.3.2.	Despesas com habilitação.....	209
3.4.	Órgãos auxiliares do juízo na recuperação judicial e na falência	210
3.4.1.	Administrador judicial	210
3.4.1.1.	Nomeação	211
3.4.1.2.	Substituição	212
3.4.1.3.	Responsabilidade, destituição e renúncia.....	213
3.4.1.4.	Remuneração.....	213
3.4.2.	Assembleia geral de credores	215
3.4.3.	Comitê de Credores	216
4.	Da Recuperação Judicial	218
4.1.	Introdução.....	218
4.2.	Objetivos da recuperação judicial (art. 47, LRE)	219
4.3.	Legitimidade jurídica.....	219
4.3.1.	Ativa	219
4.3.1.1.	Ordinária	219
4.3.1.2.	Extraordinária	219
4.3.2.	Passiva.....	219
4.4.	Momento para o pedido.....	220
4.5.	Requisitos para o pedido.....	220
4.6.	Créditos sujeitos a recuperação judicial (art. 49, LRE)	221
4.7.	Pagamento dos créditos não incluídos no plano de recuperação judicial	223
4.8.	Conservação dos direitos do credor em relação aos coobrigados...	223
4.9.	Do pedido de recuperação judicial.....	223

4.10.	Do processamento da recuperação judicial.....	225
4.11.	Desistência do pedido de recuperação judicial.....	227
4.12.	Do plano de recuperação judicial (art. 53 e 54, LRE).....	227
4.12.1.	Prazo para apresentação do plano	227
4.12.2.	Prazo para pagamento das obrigações trabalhistas	227
4.13.	Deferimento da recuperação judicial	228
4.14.	Encerramento da recuperação judicial.....	229
4.15.	Convoção da recuperação judicial em falência.....	230
5.	Do Plano de Recuperação Judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	230
5.1.	Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.....	231
5.2.	Legitimidade	232
5.3.	Faculdade	232
5.4.	Necessidade de opção expressa pelo plano especial.....	233
5.5.	Impossibilidade de desistência e alteração da base do plano	233
5.6.	Forma e prazo para apresentação do plano especial	233
5.7.	Requisitos.....	234
5.8.	Créditos sujeitos	234
5.9.	Condições do plano especial	234
5.10.	Dispensa da assembleia geral de credores.....	235
6.	Da Recuperação Extrajudicial.....	235
6.1.	Conceito	236
6.2.	Legitimidade.....	237
6.3.	Requisitos para homologação.....	237
6.4.	Créditos sujeitos	237
6.5.	Suspensão das ações e execuções em face do devedor na recuperação extrajudicial.....	238
6.6.	Perspectivas da recuperação extrajudicial	238
6.6.1.	Recuperação extrajudicial ordinária (REO)	239
6.6.2.	Recuperação extrajudicial extraordinária (REE)	239
6.7.	Desistência	239
6.8.	Impugnações.....	239
6.9.	Consequências do descumprimento do plano homologado.....	240
7.	A insolvência transnacional.....	240
8.	O Instituto da Falência.....	241
8.1.	Origem.....	242
8.2.	Conceito	242
8.3.	Hipóteses que justificam o pedido de decretação da falência	243
8.3.1.	Impontualidade injustificada.....	243
8.3.2.	Execução frustrada.....	246
8.3.3.	Prática de atos falimentares.....	247

8.4.	Sujeito ativo da falência	250
8.5.	Habilitação	253
8.6.	Procedimento	254
8.7.	Da ação revocatória	254
	8.7.1. Por ineficácia. (art. 129, LRE)	254
	8.7.2. Por fraude (art. 130, LRE)	256
8.8.	Classificação dos créditos na falência.....	256
	8.8.1. Ordem de preferência no concurso de credores	257
	8.8.2. Créditos extraconcursais	262
8.9.	Da realização do patrimônio ativo do devedor.....	262
8.10.	Do encerramento da falência.....	263

PARTE II – DIREITO PROCESSUAL EMPRESARIAL.

QUADROS E MODELOS DE PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS

1	PETIÇÃO INICIAL	269
1.	Noções introdutórias	269
2.	Requisitos da petição inicial	270
	2.1. Endereçamento.....	271
	2.2. Nome e qualificação das partes	274
	2.3. Os fatos e os fundamentos jurídicos.....	275
	2.4. O pedido com as suas especificações.....	279
	2.5. O valor da causa	280
	2.6. As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	281
	2.7. A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	282
	2.8. Documentos indispensáveis à propositura da ação.....	284
	2.9. Intimação do advogado	284
	2.10. O pedido de concessão de gratuidade de justiça.....	285
3.	Ação de obrigação de fazer e de não fazer.....	291
4.	Ação de dissolução da sociedade.....	296
5.	Ação de responsabilidade civil contra administrador de sociedade limitada	304
6.	Ação de responsabilidade civil contra administrador de sociedade anônima.....	310
7.	Ação de responsabilidade civil pretendendo a indenização pela apresentação antecipada de cheque	315
8.	Ação Monitória	320
	8.1. Noções gerais acerca do procedimento monitorio	320
	8.2. Procedimento	320

9. Petição inicial de recuperação judicial.....	327
9.1. Conceito e noções gerais	327
9.2. Petição inicial na recuperação judicial.....	327
9.3. Cabimento.....	329
10. Petição inicial de falência.....	333
10.1. Conceito e noções gerais	333
10.2. Petição inicial de falência.....	333
10.3. Cabimento.....	334
11. Habilitação de crédito	338
11.1. Noções gerais	338
11.2. Petição de habilitação	339
11.3. Cabimento.....	340
11.4. Impugnação contra a relação de credores.....	340
12. Ação revocatória	346
12.1. Noções gerais e cabimento.....	346
12.2. Petição inicial da ação revocatória.....	347
12.3. Cabimento.....	348
13. Pedido de restituição.....	351
13.1. Noções gerais	351
13.2. Procedimento	353
14. Ação renovatória	357
14.1. Noções gerais e requisitos	357
14.2. Petição inicial da ação renovatória	358
14.3. Cabimento.....	359
15. Ação de nulidade de patente / marca	362
15.1. Noções gerais e cabimento da ação de nulidade	362
16. Ação de exigir contas	367
16.1. Noções gerais e procedimento.....	367
16.2. Cabimento.....	367
2 TUTELA PROVISÓRIA.....	371
1. Tutela Provisória.....	371
2. Tutela de urgência.....	372
3. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	373
3.1. Noções gerais	373
3.2. Procedimento	373
3.3. Estabilização da tutela antecipada antecedente.....	373
4. Tutela antecipada requerida em caráter incidental	379
4.1. Noções gerais	379
5. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	383

5.1.	Noções gerais	383
5.2.	Procedimento	383
6.	Tutela cautelar requerida em caráter incidental	389
6.1.	Noções gerais	389
7.	Tutela de evidência.....	392
7.1.	Noções gerais e procedimento.....	392
3	RESPOSTAS DO RÉU	399
1.	Contestação.....	399
1.1.	Noções introdutórias	399
1.2.	Princípio da eventualidade	401
1.3.	Ônus da impugnação especificada.....	401
1.4.	Requisitos da contestação	401
1.4.1.	Endereçamento	401
1.4.2.	Preâmbulo	402
1.4.3.	Síntese da inicial	403
1.4.4.	Preliminares	403
1.4.5.	Defesa de mérito.....	403
1.4.6.	Requerimentos	404
1.4.7.	Provas.....	405
2.	Reconvenção	410
2.1.	Noções introdutórias	410
2.2.	Conexão	411
2.3.	Ampliação subjetiva.....	411
2.4.	Reconvenção e pedido contraposto	412
2.5.	Requisitos e procedimento.....	412
4	EXECUÇÃO.....	419
1.	Noções gerais acerca da tutela executiva e a sua evolução no direito brasileiro.....	419
2.	Princípios da execução.....	420
2.1.	Princípio do título executivo	420
2.2.	Princípio da tipicidade/atipicidade das formas executivas	422
2.3.	Princípio do resultado ou suficiência	423
2.4.	Princípio da responsabilidade patrimonial ou da patrimonialidade.....	423
2.5.	Princípio da menor onerosidade da execução	424
3.	Espécies de meios executivos	424
4.	Espécies de ações executivas.....	425
5.	Opção do demandante	425

6.	Requerimento de cumprimento de sentença	430
6.1.	Noções gerais acerca do cumprimento de sentença	430
6.2.	Procedimento	431
7.	Liquidação de sentença	436
7.1.	Conceito e noções gerais	436
7.2.	Formas de liquidação de sentença	437
7.3.	Liquidação por arbitramento.....	437
7.4.	Liquidação pelo procedimento comum	437
7.5.	Liquidação igual a zero.....	437
7.6.	Procedimento	438
8.	Embargos à execução	441
8.1.	Noções gerais	441
8.2.	Parcelamento no prazo dos embargos.....	441
8.3.	Procedimento	442
9.	Embargos de terceiro	448
9.1.	Noções gerais acerca dos embargos de terceiro	448
9.2.	Procedimento	449
5	RECURSOS	455
1.	Teoria Geral dos Recursos.....	455
1.1.	Conceito de recurso	455
1.1.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição	456
1.1.2.	Princípio da taxatividade.....	457
1.1.3.	Princípio da unicidade.....	457
1.1.4.	Princípio da fungibilidade.....	457
1.1.5.	Princípio da consumação	458
1.2.	Requisitos de admissibilidade no âmbito recursal.....	458
1.2.1.	Cabimento	459
1.2.2.	Legitimidade	459
1.2.3.	Interesse	459
1.2.4.	Ausência de fatos impeditivos e modificativos ao poder de recorrer	460
1.2.5.	Tempestividade	460
1.2.6.	Preparo.....	460
1.2.7.	Regularidade formal.....	461
1.3.	Efeitos dos recursos	461
2.	Apelação.....	462
2.1.	Conceito e noções gerais	462
2.2.	Procedimento da apelação	463
3.	Agravo de instrumento	468
3.1.	Conceito e noções gerais	468

3.2.	Hipóteses de cabimento	469
3.3.	Procedimento do agravo de instrumento	469
4.	Embargos de declaração.....	481
4.1.	Conceito e noções gerais.....	481
4.2.	Recurso de embargos de declaração e o artigo 489, § 1º, CPC	482
4.3.	Procedimento do recurso de embargos de declaração.....	483
5.	Recurso Especial	487
5.1.	Conceito e noções gerais.....	487
5.2.	Prequestionamento	488
5.3.	Esgotamento das vias recursais	488
5.4.	Procedimento do recurso especial.....	489
6.	Recurso extraordinário	499
6.1.	Conceito e noções gerais.....	499
6.2.	Prequestionamento	499
6.3.	Repercussão geral.....	500
6.4.	Esgotamento das vias recursais	501
6.5.	Procedimento do recurso extraordinário	502